



CONCURSADM

Preparando Administradores para Concursos

Economia Brasileira

Parte 5

O Segundo Governo FHC

Mudança no Regime Cambial

Mudança na Política Fiscal

O Governo Lula

O Momento Atual

Prof. Antonio Carlos Assumpção

A Crise de 1999

- O elevado déficit em conta corrente ao final de 1998 associado a uma maior aversão ao risco no mercado internacional de capitais, após a crise asiática e a moratória russa, fizeram com que o risco e a expectativa de desvalorização do real aumentassem muito, ocasionando uma grande fuga de capitais.
- As reservas do Banco Central reduziram-se de US\$ 75 bilhões, em agosto de 1998, para US\$ 40 bilhões, em dezembro do mesmo ano.

A Crise de 1999

- Apesar da situação parecer insustentável, principalmente após a moratória de dívida externa do Estado de Minas Gerais, o presidente do Bacen, Gustavo Franco, ainda era contrário à mudança do regime cambial.
- Franco foi substituído no início de janeiro por Francisco Lopes e, em 14 de janeiro, o Banco Central permitiu a flutuação da taxa de câmbio.
- Um dia antes, o Bacen já havia alargado a banda de flutuação, mas imediatamente a taxa de câmbio atingiu o teto da banda.

A Crise de 1999

- A taxa de câmbio se desvalorizou muito, chegando a valer 2,17 no final do mês de janeiro.
- O Bacen parecia não ter qualquer controle sobre o processo. Como, além disso, surgiram indícios de improbidades na gestão do Bacen, Francisco Lopes acabou sendo substituído por Armínio Fraga.
- A primeira medida de Fraga foi elevar a Selic para 45% a.a., com o intuito de aumentar o “custo de carregamento” de moeda estrangeira. A medida surtiu efeito e a taxa de câmbio fechou o ano em 1,84, com tendência de queda.

A Crise de 1999

- A desvalorização aumentou consideravelmente a dívida pública, pois 30% dela estava atrelada ao câmbio (correção cambial).
- A desvalorização teve o impacto indesejável que se esperava sobre a taxa de inflação, que fechou o ano em 8,94%.
- A elevação da taxa de juros acabou tendo vários efeitos, já esperados.
 - Evitou uma desvalorização maior.
 - Evitou um repasse maior aos preços domésticos.
 - Contribuiu para uma taxa de crescimento em 1999 praticamente igual a zero.

O 2º Governo FHC

- Sem o câmbio como “âncora” para os preços, o Bacen adota o sistema de metas de inflação.
 - Metas para o IPCA “cheio”, quando, todos os países que utilizam esse sistema, utilizam alguma medida de núcleo de inflação; O medo do Bacen era criar um novo regime monetário que já nascesse sem credibilidade.
- A partir de 1999 tivemos uma profunda reversão no resultado fiscal, com a geração de superávits primários.
- Logo, a partir de 1999, nossa combinação de política econômica passou a ser baseada no tripé:
 - Metas para a inflação
 - Superávits primários
 - Câmbio flexível

O 2º Governo FHC

- Em 2000, após a desvalorização do câmbio, as taxas de juros começam a cair. Os dois fatores fazem com que a economia se recupere e feche o ano com 4,3% de crescimento.
- Esperava-se uma taxa parecida para 2001, mas a crise de energia elétrica (choque adverso de oferta) acabou com essa pretensão e a economia fechou o ano com uma taxa de crescimento pouco superior a 1%.

O 2º Governo FHC

- Em 2002, novamente esperava-se um crescimento robusto. Entretanto, quando Lula mostrou força na corrida eleitoral (maio), o temor pelo não pagamento da dívida externa, taxaço à remessa de lucros, ...), fez com que a taxa de câmbio atingisse o patamar de 3,80, fazendo com que o Bacen elevasse a taxa de juros.
- Novamente tivemos um efeito adverso sobre a taxa de crescimento, inferior a esperada, para os anos de 2002 e 2003.

O Governo Lula

- Lula assume e dá mostras de que a política econômica e as “regras do jogo” serão mantidas.
- Termina a pressão sobre o câmbio e sobre a taxa de inflação (após três aumentos da Selic em 2003). Com isso o Bacen começa a reduzir rapidamente a taxa de juros.

O Governo Lula

- O novo cenário combinava a consolidação da estabilidade de preços com taxas de juros mais baixas, câmbio mais desvalorizado, forte crescimento da economia mundial (a partir de 2004) e elevação dos preços das *commodities*. Isso acabou fazendo com que a economia brasileira sustentasse taxas de crescimento mais significativas no período 2004-2008.
- Além disso, os elevados superávits na balança comercial acabaram por gerar superávits em conta corrente, que associados a forte entrada de capitais, permitiram ao Governo Brasileiro tornar-se credor líquido em moeda estrangeira (tanto pela redução da dívida bruta quanto pelo acúmulo de reservas internacionais).
- **Antes de extrairmos algumas conclusões sobre o período recente, vamos analisar de forma mais específica o comportamento da política fiscal.**

Política Fiscal

- **1980 – 1993:**

- Contexto de desordem das contas públicas e de déficit operacional artificialmente reprimido pela elevada taxa de inflação.
- A partir de 1991 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo central.
- A partir de 1995 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “abaixo da linha” do governo central, estados e municípios e empresas estatais.

Política Fiscal

- **Fatos marcantes a partir da década de 90**
 - a privatização de diversas empresas estatais, especialmente importante no que se refere às empresas estaduais, o que mudou significativamente o resultado primário das mesmas;
 - a venda de diversos bancos estaduais de propriedade estatal, o que acabou com um mecanismo clássico de financiamento dos déficits públicos estaduais;
 - o Plano Real, de 1994, que devido ao fim da altíssima inflação, contribuiu para ampliar muito a transparência das contas públicas, ao se poder aferir com maior precisão o verdadeiro significado das variáveis reais, o que era impossível quando a inflação era de 3.000% ou 4.000% ao ano (a.a.);

Política Fiscal

- a realização de três reformas parciais do sistema previdenciário, duas delas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e uma no Governo Lula;
- a renegociação das dívidas estaduais em 1997-1998, processo esse que esteve na raiz do ajustamento fiscal pelo qual passaram os estados e municípios a partir de 1999;
- a adoção de um sistema de metas razoavelmente rígidas de resultado primário para o setor público consolidado, religiosamente cumpridas **desde então**, a partir de 1999;

Como veremos, em tempos recentes, houve uma flexibilização desse resultado.

Política Fiscal

- as medidas de aumento da receita para viabilizar um profundo ajuste fiscal, em 1999, prática posteriormente repetida diversas vezes; e
- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo mandato de FHC, consolidando o processo iniciado com a privatização dos bancos estaduais e continuado com a renegociação das dívidas estaduais e municipais, fruto de uma reflexão acerca da importância de definir regras formais como parte de uma abordagem fiscal baseada na definição de novas instituições.

Política Fiscal

- **O Período FHC (1995-1998)**

- Os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de “déficit aberto”. Com efeito, o resultado primário consolidado do setor público que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB na média de 1995-1998. Isso, somado às despesas de juros, já expressas em termos nominais de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período, em que pese a retórica de austeridade do governo na época.
- Nesse contexto, a dívida líquida do setor público (DLSP), que no começo do Plano Real, em 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois.

Política Fiscal

- **O Período FHC (1999-2002)**
 - Pode ser definido como sendo de “ajuste com endividamento”, após o forte ajuste primário iniciado em 1999.
 - Embora a menor despesa com juros reais e o ajustamento primário tenham diminuído as NFSP nominais do período para 4,0% do PIB, estas continuaram sendo importantes.
 - O expressivo aumento da importância relativa da dívida pública associada à taxa de câmbio e o reconhecimento de passivos contingentes acabaram elevando a dívida pública para perigosos 51% do PIB no final de 2002.7.

Política Fiscal

- **O Governo Lula (2003-2010)**

- Os anos Lula caracterizaram-se por uma fase de “controle do endividamento”, com progressiva redução da importância relativa do endividamento público.
- Cabe salientar que o ajuste fiscal iniciado em 1999 foi fortemente concentrado em aumento da carga tributária (tributos cumulativos).
- Durante esse período, os gastos correntes do governo aumentaram consideravelmente e o investimento não.

O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- O crescimento médio da economia Brasileira no período 2003-2008 foi de 4,2%.
- Durante o período a nossa taxa de crescimento foi menor do que a taxa média de crescimento dos países emergentes.

Taxas de Crescimento do PIB

Período	Mundo	Economias Desenvolvidas	Economias em Desenvolvimento	América Latina e Caribe	Brasil
1995 - 2002	3.47	2.88	4.24	2.21	2.46
2003 - 2008	4.78	2.34	7.41	4.71	4.21
2009	-0.05	-3.41	2.97	-1.25	-0.13
2010	5.41	3.08	7.42	6.05	7.53
2011 - 2015	3.49	1.56	5.01	2.45	1.02

Fonte: WEO - IMF

O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- A crise do *subprime* provocou a pior recessão mundial desde a 2ª guerra mundial.
 - A taxa de crescimento da economia mundial anualizada em 2008-4 foi de -5,7% e em 2009-1 foi de -6,3%.
 - A trajetória é a mesma para os emergentes (com uma desaceleração, um pouco mais suave).
 - O PIB Brasileiro encolheu 0,33% em 2009.
 - A política anticíclica (expansão fiscal e redução da taxa de juros) foi importante para amenizar a queda do PIB, que se recuperou rapidamente, crescendo 7,5% em 2010.

O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- A partir de 2010, a insistência em estimular a economia através das políticas fiscal e monetária (demanda), sem a contrapartida da expansão do produto potencial, acabou gerando uma série de desequilíbrios macroeconômicos.
 - Elevado déficit fiscal.
 - Elevação da taxa de inflação.
 - Elevado déficit em conta corrente (excesso de absorção).
- **Principal Consequência:** maior recessão do Brasil, considerando toda nossa série histórica para o PIB.
 - Crescimento de 0,1% em 2014, -3,88% em 2015 e expectativa (junho de 2016) de -3,86% para 2016 e 0,5% em 2017.
 - Estimativa (1º trimestre de 2016 - IPEA) de um hiato do produto de 6,4%.

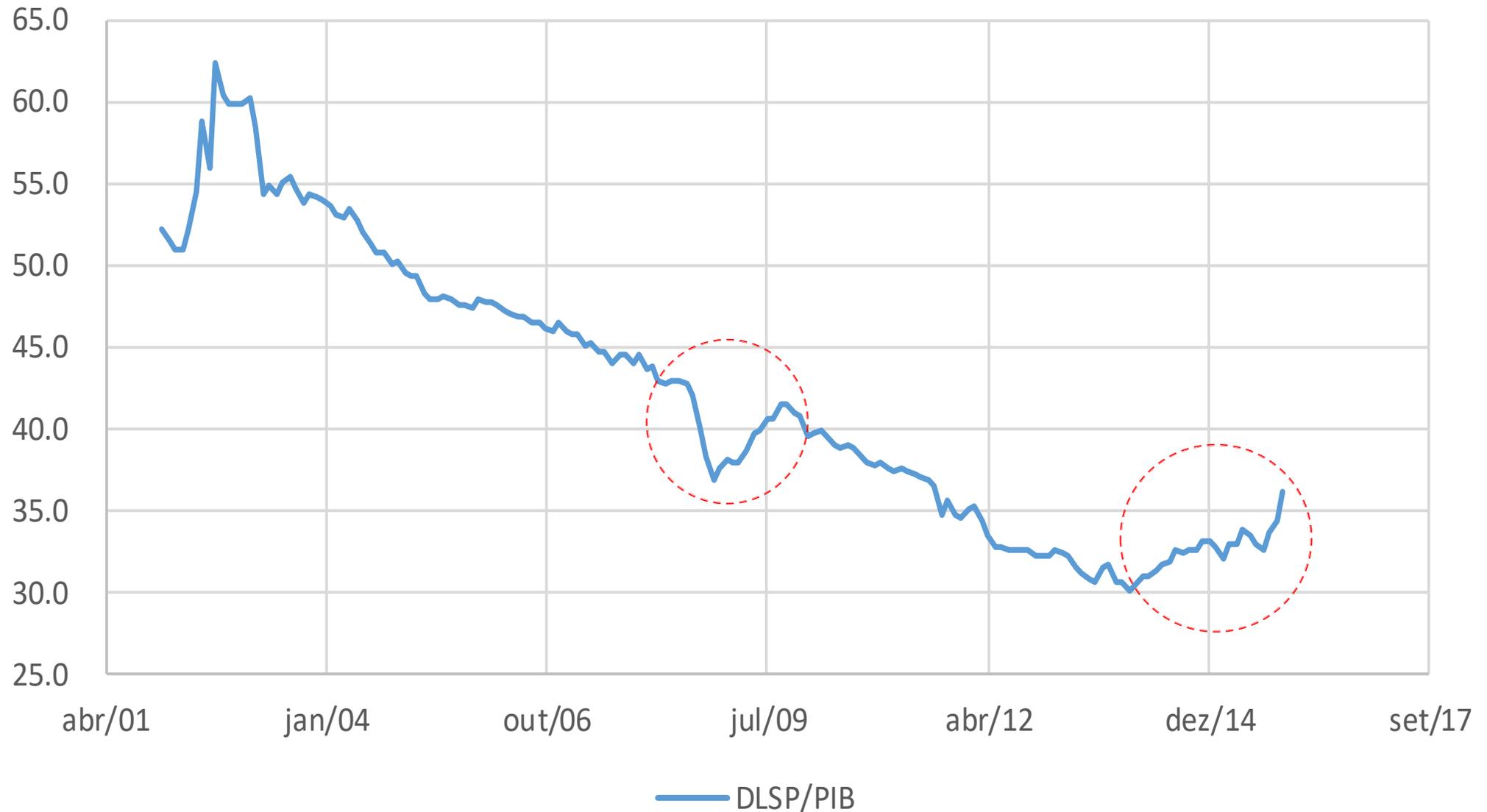
Taxa de juros diária - Selic - fixada pelo Copom - (% a.a.)



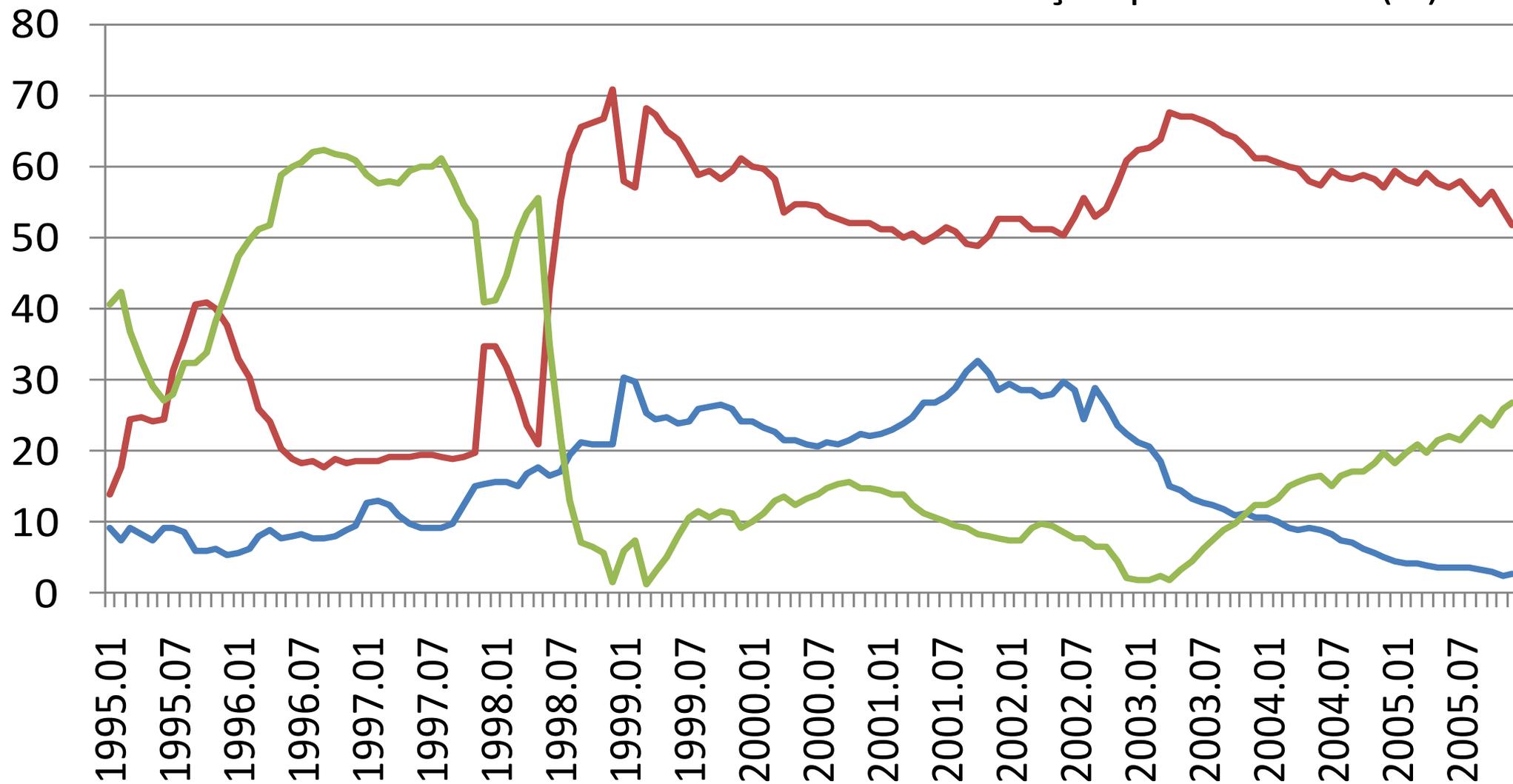
Resultado Fiscal (% PIB)

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48
2011	2.25	0.80	0.07	3.12	5.71	-2.59
2012	1.96	0.49	-0.06	2.39	4.86	-2.47
2013	1.55	0.34	-0.01	1.88	5.14	-3.26
2014	-0.4	-0.15	-0.08	-0.63	6.08	-6.71
2015	-1.98	0.16	-0.07	-1.89	8.50	-10.39

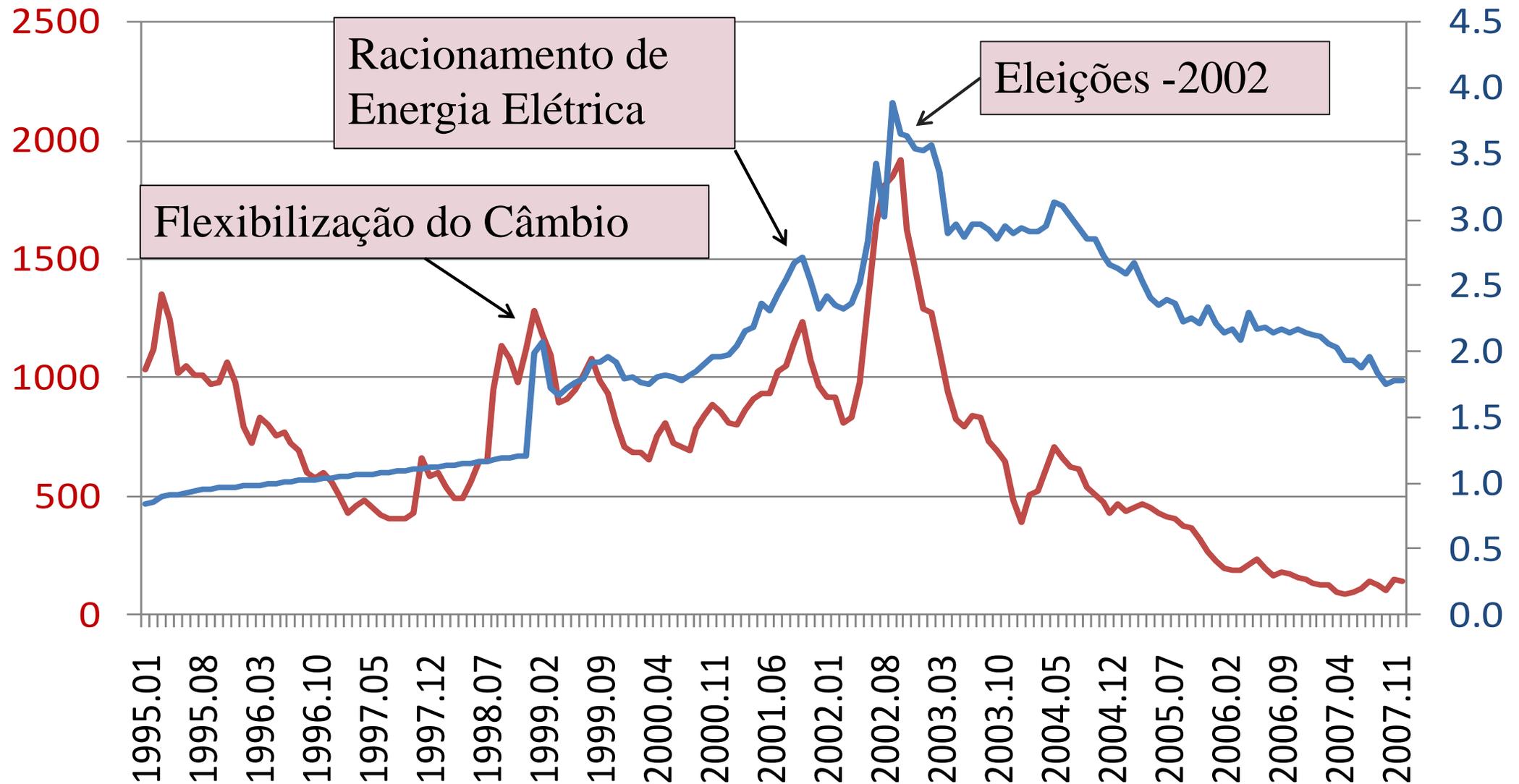
Brasil : 2002 – 2015 (Dados Mensais)



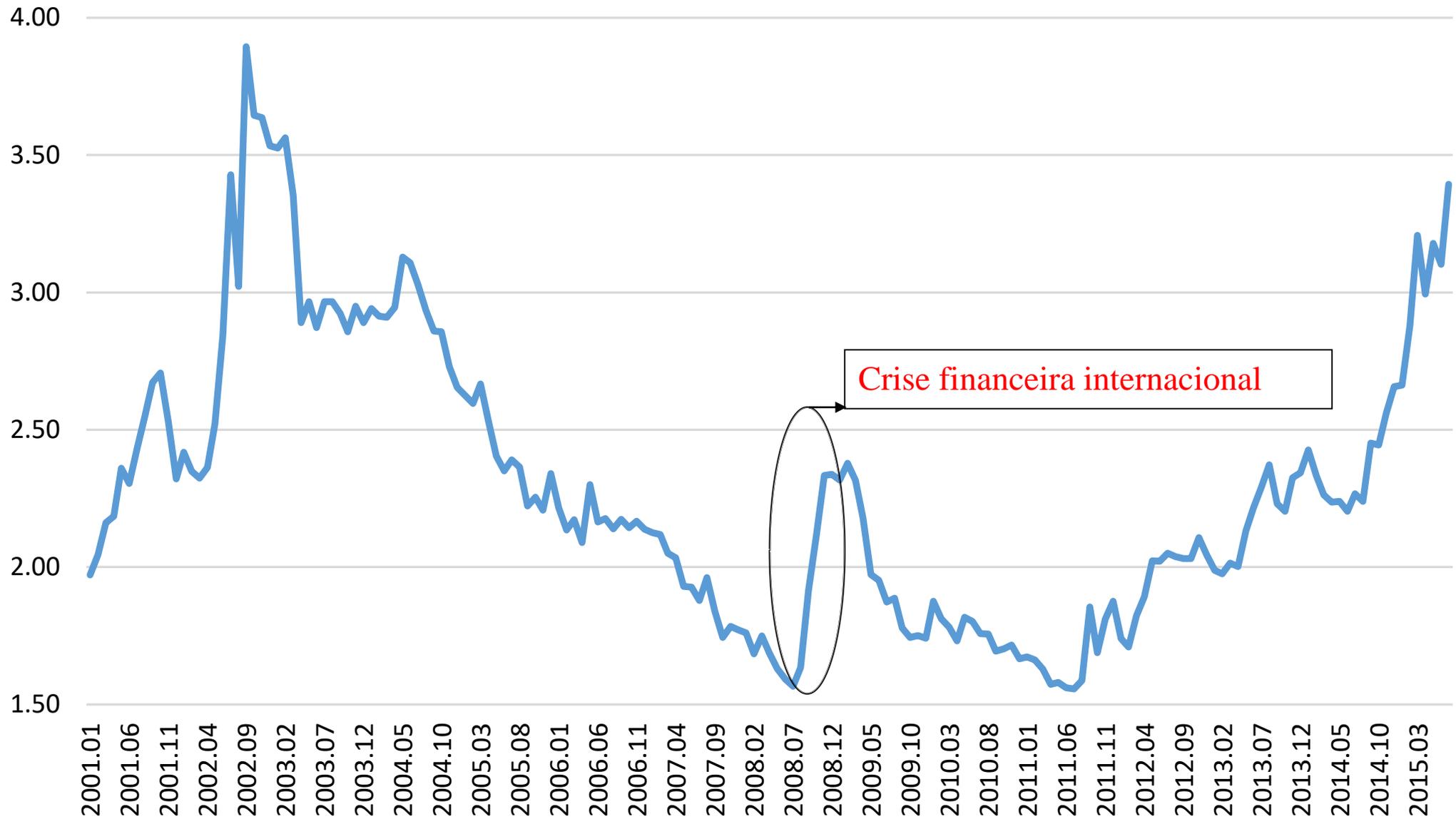
- Títulos - federais - indexados ao câmbio - (%)
- Títulos - federais - indexados à Over / Selic - (%)
- Títulos - federais - indexados a índice de correção pré-fixado - (%)



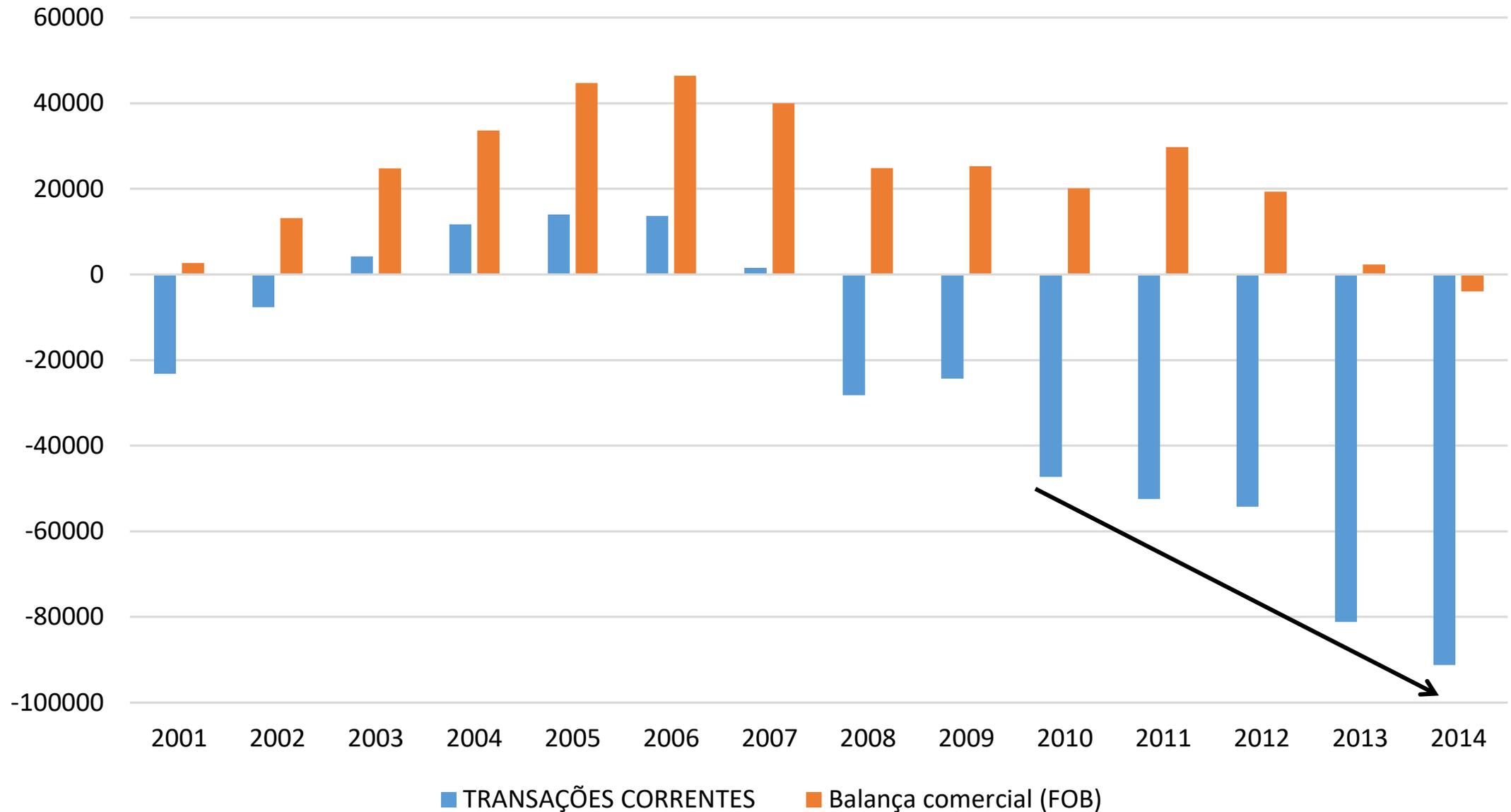
— Risco-País (até 2005-10 , C-Bond - após, Global 40)
— Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda - fim período



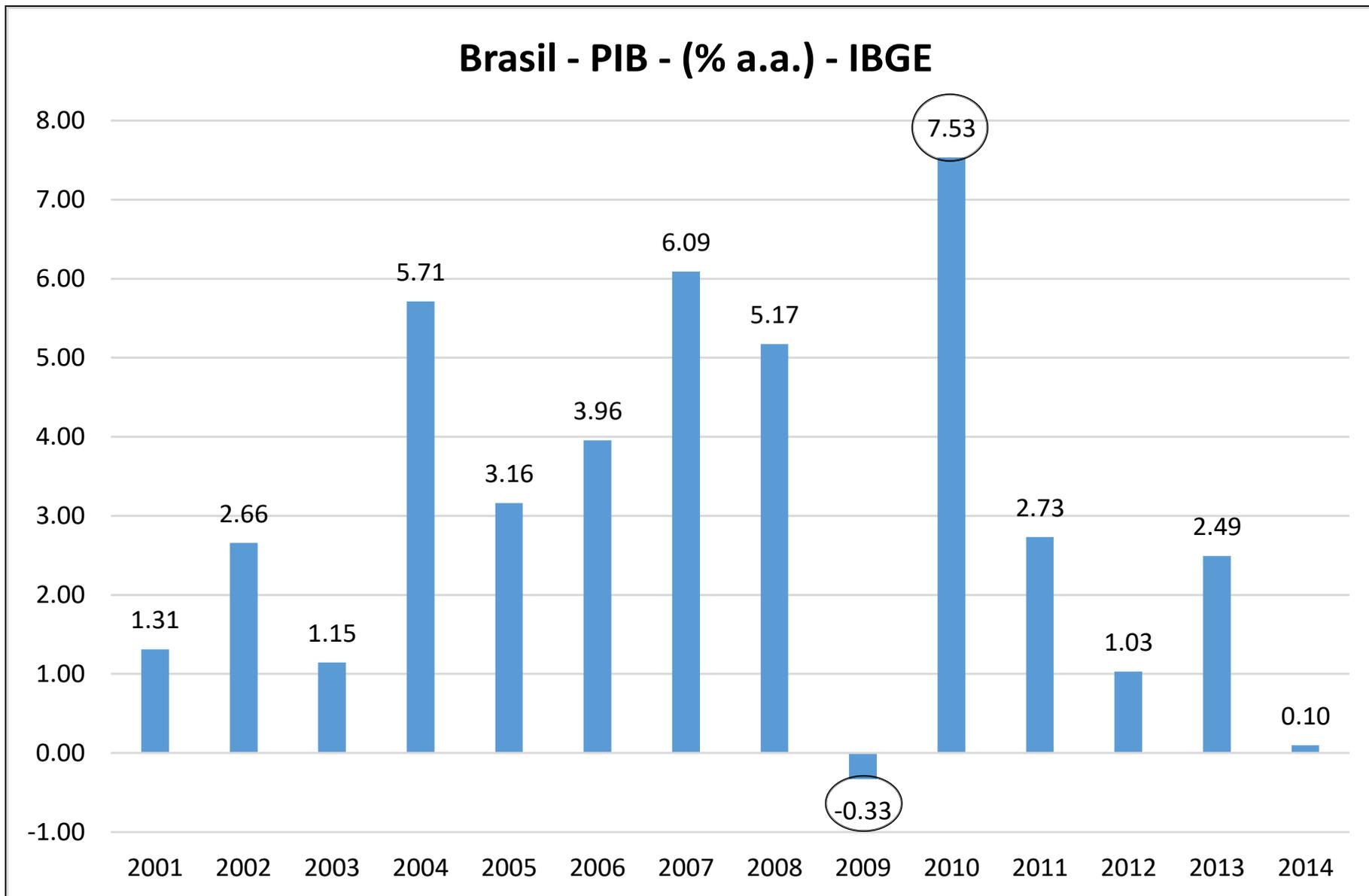
Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda - fim período - BCB



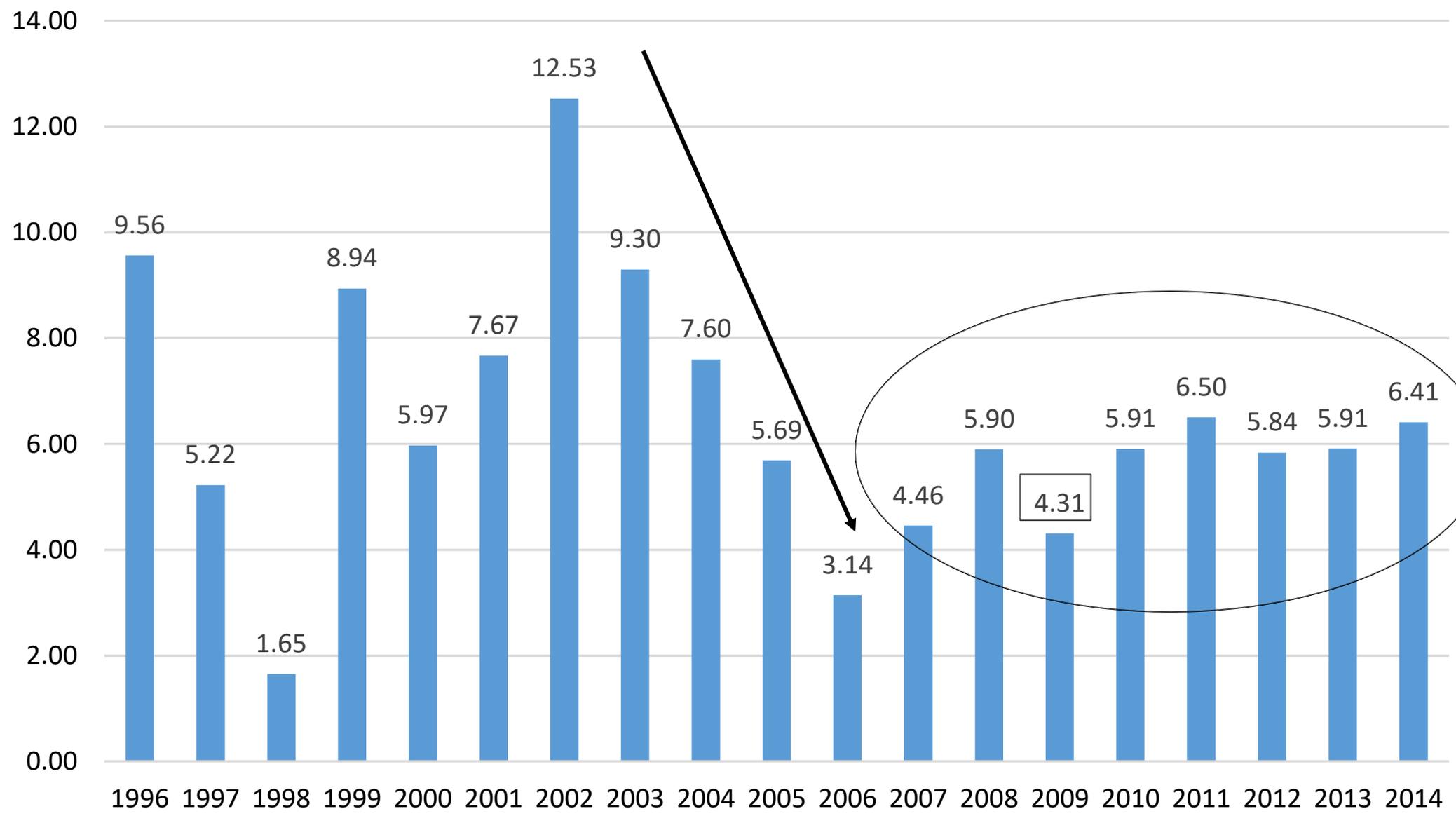
Brasil - BC e CC - US\$ milhões



O Esgotamento da Política de Incrementos na Demanda sem a Contrapartida do Aumento da Capacidade de Geração de Oferta



Inflação - IPCA - (% a.a.) - IBGE



IPCA mensal anualizado



Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (P.P.)	Limites (%)	Inflação - IPCA (% a.a.)
1999	Resolução 2.615	30/06/1999	8	2	6 - 10	8,94
2000			6	2	4 - 8	5,97
2001			4	2	2 - 6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/06/2000	3,5	2	1,5 - 5,5	12,53
2003*	Resolução 2.842	28/06/2001	3,25	2	1,25 - 5,25	
	Resolução 2.972	27/06/2002	4	2,5	1,5 - 6,5	9,30
2004*	Resolução 2.972	27/06/2002	3,75	2,5	1,25 - 6,25	
	Resolução 3.108	25/06/2003	5,5	2,5	3 - 8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/06/2003	4,5	2,5	2 - 7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/06/2004	4,5	2,0	2,5 - 6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/06/2005	4,5	2,0	2,5 - 6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/06/2006	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/06/2007	4,5	2,0	2,5 - 6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	01/07/2008	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/06/2009	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/06/2010	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/06/2011	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/06/2012	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/06/2013	4,5	2,0	2,5 - 6,5	10,67
2016	Resolução 4.345	25/06/2014	4,5	2,0	2,5 - 6,5	
2017	Resolução 4.419	25/06/2015	4,5	1,5	3 - 6	
2018	Resolução 4.499	30/06/2016	4,5	1,5	3 - 6	

* A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

■ **Questões**

- **Perguntas feitas no início de 2011 (já respondidas)**
- **Será que após os efeitos da crise financeira internacional o Brasil está abandonando a combinação de política econômica implementada em 1999 ?**
 - “maquiagem” do resultado primário; política fiscal anticíclica e pleno emprego.
 - Taxa de inflação sistematicamente acima do centro da meta (que é elevado) e “inflação de alimentos”.
 - Indefinições sobre a taxa de câmbio.

Mas a Crise é Culpa da Economia Mundial ?

Taxas de Crescimento do PIB					
Período	Mundo	Economias Desenvolvidas	Economias em Desenvolvimento	América Latina e Caribe	Brasil
1995 - 2002	3.47	2.88	4.24	2.21	2.46
2003 - 2008	4.78	2.34	7.41	4.71	4.21
2009	-0.05	-3.41	2.97	-1.25	-0.13
2010	5.41	3.08	7.42	6.05	7.53
2011 - 2015	3.49	1.56	5.01	2.45	1.02

Fonte: WEO - IMF

Venezuela e, principalmente o Brasil, evitaram um crescimento maior.

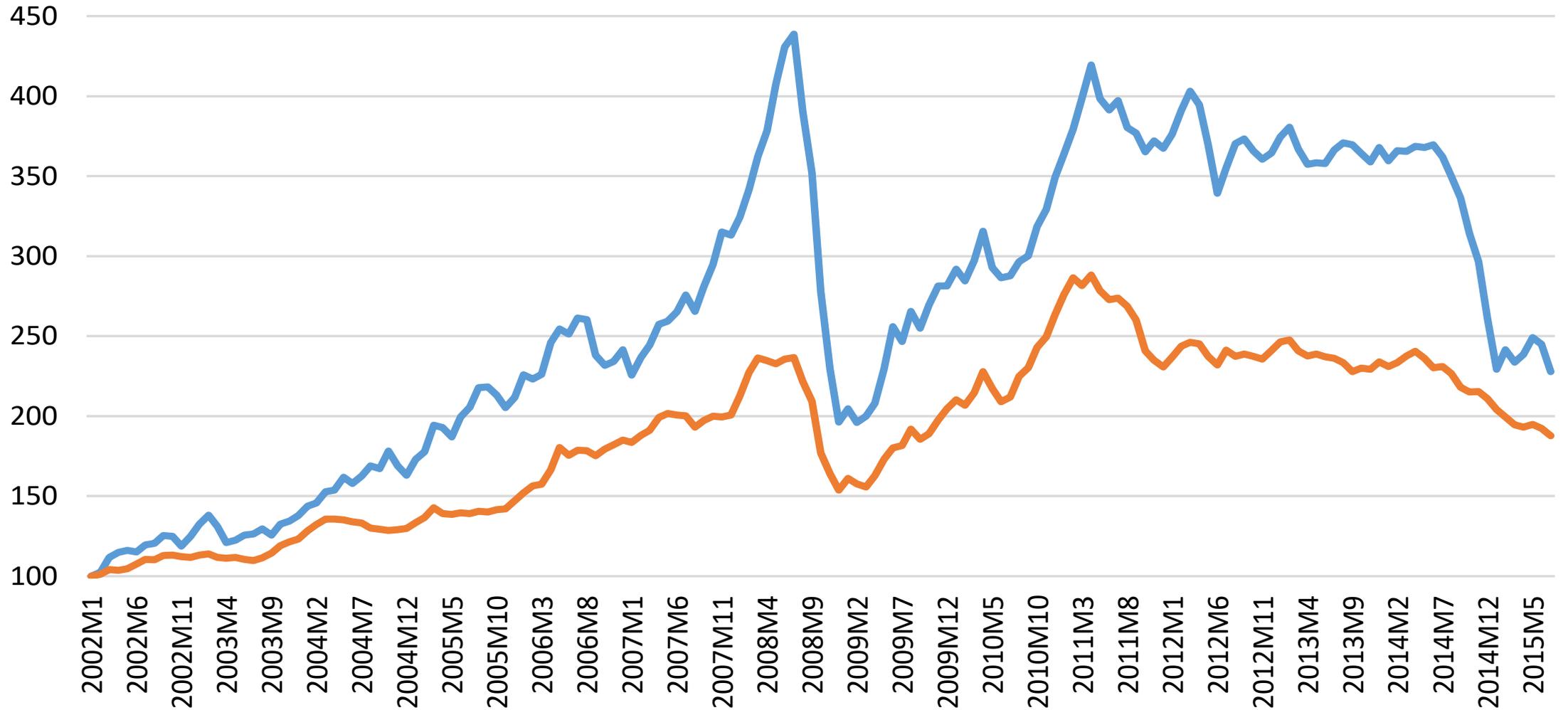
Mas a Crise é Culpa da Economia Mundial ?

Taxa de Crescimento do PIB								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3.022	-0.051	5.410	4.224	3.463	3.278	3.411	3.090
Economias Avançadas	0.161	-3.408	3.079	1.733	1.203	1.157	1.831	1.879
Economias Avançadas (G7)	-0.251	-3.765	2.843	1.613	1.404	1.171	1.696	1.790
Economias em Desenvolvimento	5.756	2.969	7.424	6.294	5.270	4.914	4.598	3.983
América Latina e Caribe	3.912	-1.246	6.054	4.880	3.166	2.976	1.302	-0.081
Chile	3.247	-1.082	5.749	5.790	5.546	4.031	1.832	2.069
Colômbia	3.547	1.652	3.972	6.590	4.044	4.874	4.386	3.082
Venezuela	5.278	-3.202	-1.489	4.176	5.626	1.343	-3.894	-5.700
Brasil	5.094	-0.126	7.529	3.910	1.915	3.015	0.103	-3.847
Fonte: WEO - IMF								

Mas a Crise é Culpa da Economia Mundial ?

Taxa de Inflação (Índice de Preços do Consumidor)								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	4.626	3.270	4.326	4.738	3.962	3.344	2.925	2.894
Economias Avançadas	1.571	1.150	1.848	2.680	1.755	1.272	0.689	0.584
Economias Avançadas (G7)	1.222	1.110	1.608	2.642	1.622	1.307	0.787	0.575
Economias em Desenvolvimento	7.743	5.286	6.591	6.544	5.822	5.023	4.693	4.683
América Latina e Caribe	6.729	3.260	4.969	5.341	4.397	4.543	4.965	6.201
Chile	7.090	-1.507	2.926	4.383	1.433	2.834	4.655	4.405
Colômbia	7.677	2.000	3.176	3.725	2.437	1.932	3.659	6.771
Venezuela	30.900	25.057	25.718	26.774	19.318	60.006	68.540	180.870
Brasil	5.902	4.312	5.909	6.503	5.839	5.911	6.408	10.673
Fonte: WEO - IMF								

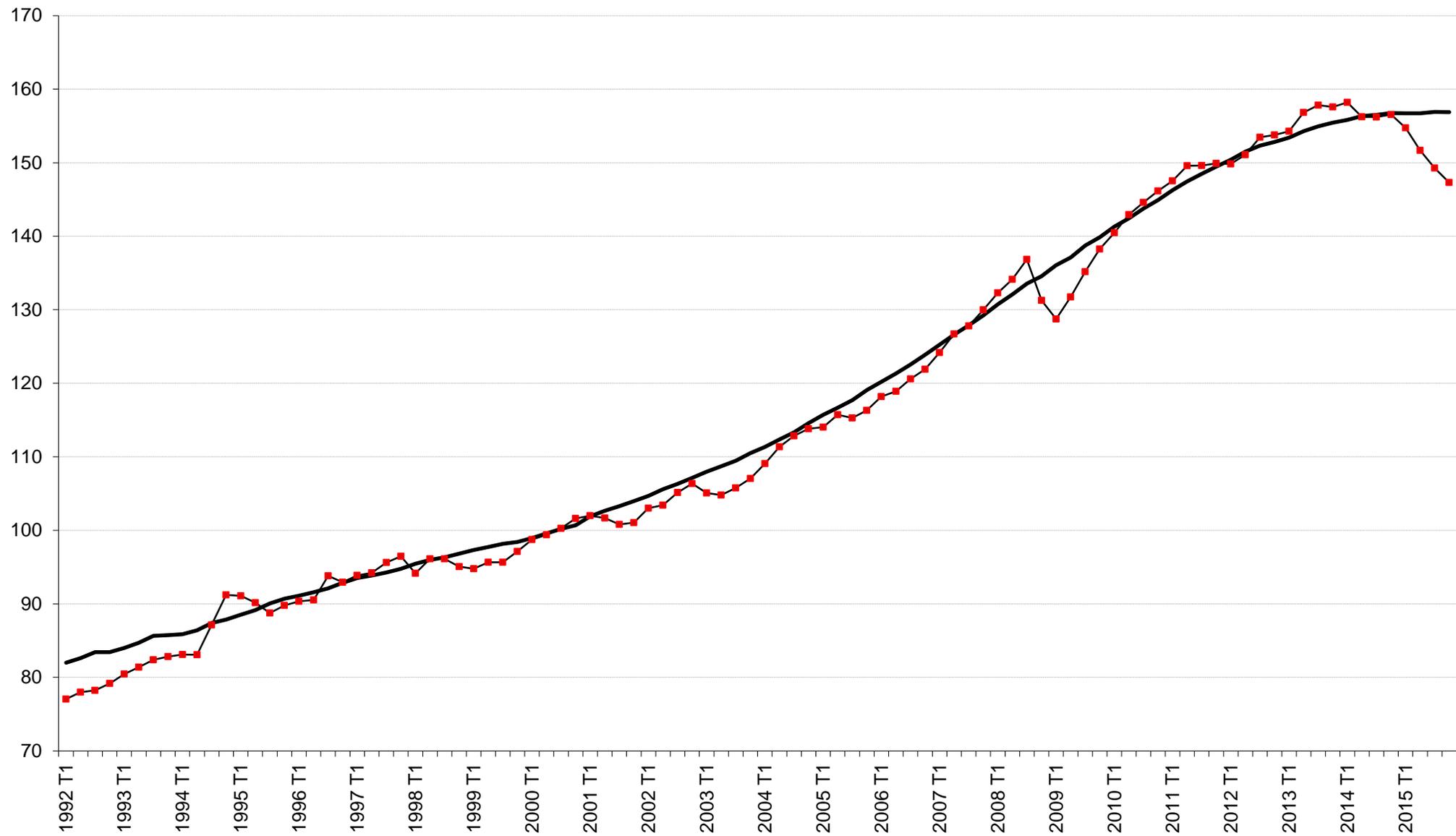
Preços das Commodities - IMF



— All Commodity Price Index - includes both Fuel and Non-Fuel Price Indices

— Non-Fuel Price Index - includes Food and Beverages and Industrial Inputs Price Indices

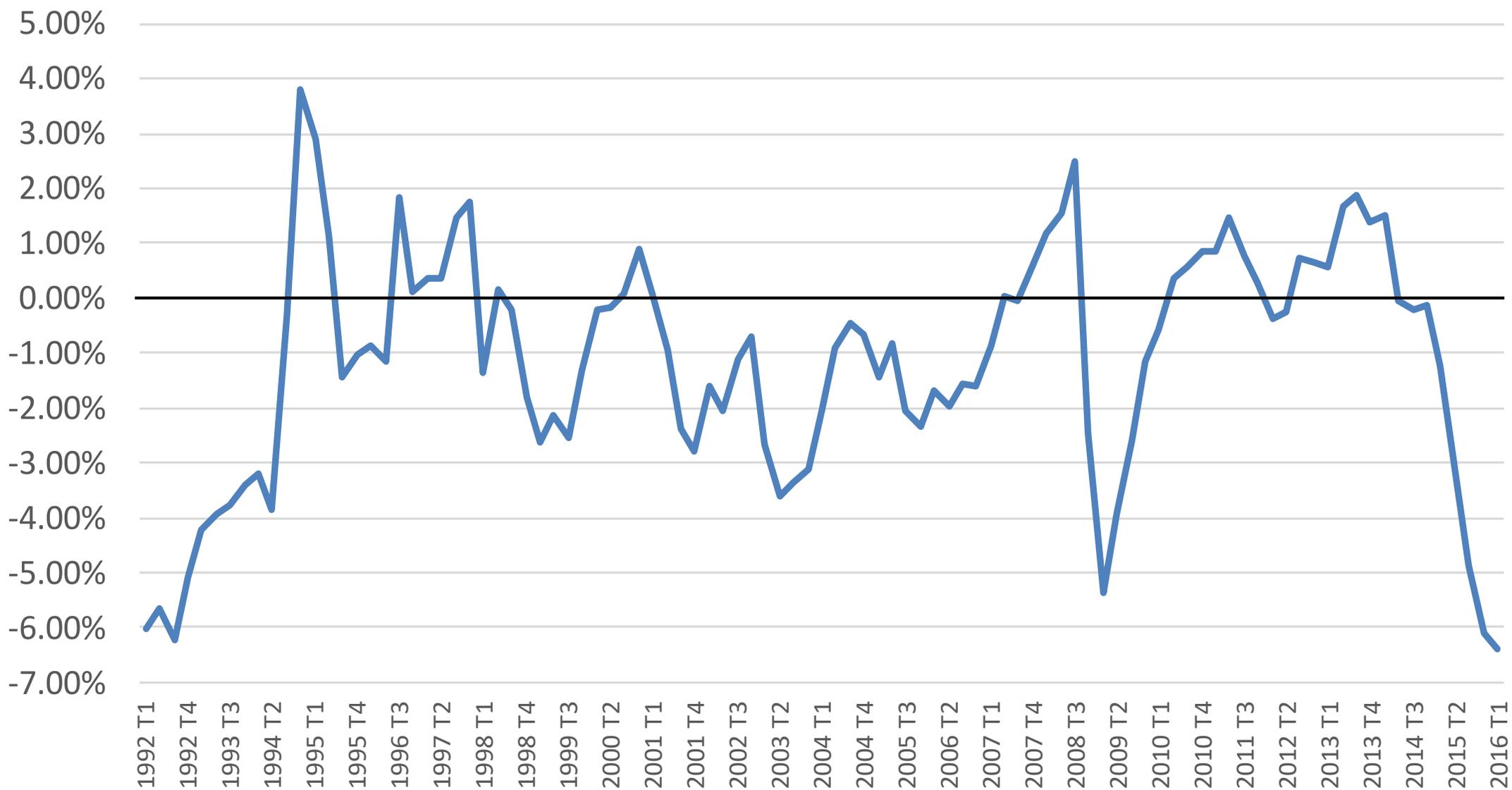
Produto Potencial versus PIB Efetivo



Fonte: IPEA

— Produto Potencial ■ PIB Efetivo com ajuste Sazonal (2000=100)

Hiato do PIB (PIB trimestral s.a. - PIB potencial)



1) BNDES – Economista – 2011 - 51

No Brasil, vem ocorrendo uma mudança demográfica que poderá causar dificuldades financeiras consideráveis para a previdência social. Essa mudança é o(a)

- a) aumento da taxa de crescimento populacional
- b) aumento da renda média da população com idade entre 20 e 30 anos
- c) aumento do percentual de idosos na população
- d) redução das migrações internas
- e) redução do percentual de mulheres na força de trabalho

2) BNDES – Economista – 2011 - 53

Durante os anos 1990, houve mudanças substanciais na economia brasileira. Nos primeiros anos dessa década, em comparação com a sua segunda metade, a(o)

- a) taxa de inflação foi maior.
- b) taxa de juros nominal foi menor.
- c) valor em dólar das importações foi maior.
- d) valor das reservas em divisas estrangeiras foi o mesmo.
- e) *déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos* foi maior.

3) BNDES – Economista – 2009 - 52

Qual a política cambial adotada em 1994, logo após a introdução da nova moeda, o Real?

- a) Taxa de câmbio flutuante
- b) Taxa de câmbio fixa
- c) Taxas de câmbio múltiplas e fixas
- d) *Currency board*
- e) Congelamento cambial

4) BNDES – Economista – 2009 - 53

Nos anos imediatamente subsequentes ao Plano Real, houve uma sobrevalorização da moeda brasileira e *déficits* substanciais na conta corrente do balanço de pagamentos, embora o Banco Central acumulasse reservas de divisas internacionais, pois a conta de capital era superavitária. Em 1999, o Brasil mudou seu regime cambial para flutuante, após perdas substanciais das reservas no Banco Central. Esta mudança na situação se deveu ao(à)

- a) aumento da expansão monetária doméstica.
- b) recrudescimento da inflação doméstica.
- c) diminuição do *superávit primário do setor público*.
- d) diminuição da arrecadação fiscal.
- e) crise asiática e russa, mudando a situação da conta de capital brasileira.

5) Petrobrás – Economista jr. – 2010 - 60

O Plano Real de combate à inflação, adotado no Brasil na década de 1990,

- a) promoveu, no início de 1994, uma indexação ampla da economia, criando a Unidade Real de Valor (URV).
- b) congelou a taxa de câmbio R\$/US\$ desde o início de 1994, para conter os aumentos de preços.
- c) foi antecedido pelo aumento de gastos do setor público, decorrentes do Plano de Ação Imediata (PAI), de 1993.
- d) baseou-se num congelamento geral de preços e salários durante o ano de 1994.
- e) conduziu a um crescimento do PIB real a taxas sempre acima de 7% a.a., na segunda metade da década de 1990.

6) Petrobrás – Economista Jr. – 2010 - 61

O sistema de metas de inflação, para a estabilização permanente da economia brasileira, foi adotado

- a) desde o início de 1994, com o Plano Real.
- b) logo após a desvalorização cambial de 1999.
- c) no início do primeiro governo Lula, em 2002.
- d) na década de 1980, após o Plano Cruzado.
- e) por recomendação do Comitê de Basileia.

7) Petrobrás – Economista Jr – 2008 - 62

Na década de 1990, a partir de 1994, o Brasil foi bastante afetado por três crises no mercado financeiro internacional: a do México, em 1994/95, a Asiática (Tailândia, Coreia do Sul, Indonésia e Malásia), em 1997, e a da Rússia, em 1998. Porque o país, nesta ocasião, estava vulnerável às crises externas?

- a) A dívida social impedia o governo de reduzir o *déficit* público.
- b) O setor financeiro doméstico estava vulnerável em termos de ativos "podres".
- c) O processo de democratização não havia ocorrido.
- d) O Brasil adotava um regime cambial rígido e tinha *déficits* vultosos em conta corrente.
- e) O país exportava apenas produtos de baixo valor agregado.

8) Petrobrás – Economista – 2005 - 79

O Plano Real constituiu-se na experiência brasileira de âncora cambial. Entre as medidas fiscais inicialmente adotadas, destacam-se:

- a) implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE).
- b) implementação da Unidade Real de Valor (URV), criação do Imposto de Renda e do Fundo Social de Emergência (FSE).
- c) implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), do Fundo Social de Emergência (FSE) e elevação dos gastos obrigatórios com educação e habitações.
- d) implementação da Unidade Real de Valor (URV), fixação da taxa de câmbio em 1R\$/US\$ e redução das tarifas alfandegárias.
- e) valorização da taxa cambial, criação de mecanismos modernos de arrecadação e privatização da previdência.

9) Petrobrás – Economista – 2005 - 80

A política econômica pós-Real vem sendo caracterizada pela conjugação de uma política de metas:

- a) monetárias, câmbio flutuante e política fiscal expansionista.
- b) monetárias, bandas cambiais e obtenção de déficit nominal zero pela política fiscal.
- c) de inflação, câmbio fixo e equilíbrio orçamentário.
- d) de inflação, câmbio flutuante e déficit primário necessariamente inferior a 3% do PIB.
- e) de inflação, câmbio flutuante e obtenção de superávits primários pela política fiscal.

10) Transpetro – Economista – 2011 - 46

Para iniciar o processo de estabilização da economia brasileira no início da década de 90, o governo lançou, em 1993, o Plano de Ação Imediata (PAI) que

- a) congelou a taxa de câmbio.
- b) criou um novo meio de conta, a URV.
- c) determinou cortes nos gastos públicos.
- d) incentivou investimentos na infraestrutura do país.
- e) aumentou, substancialmente, as tarifas alfandegárias.

11) BR Distribuidora – Economista – 2012 - 54

Uma das consequências que pode ser atribuída à implementação do Plano Real foi a(o)

- a) expansão de crédito que beneficiou principalmente a indústria exportadora, frente a um câmbio favorável.
- b) expansão significativa da demanda, resultando na queda da inflação devido à redução das taxas de juros.
- c) queda da inflação, ainda que não imediatamente após sua implementação, mas sim de forma mais lenta em relação, por exemplo, ao Plano Cruzado.
- d) valorização cambial, forçando os preços internos a se ajustarem aos internacionais, acomodando, assim, a inflação dos bens *tradeables* e *non-tradeables*.
- e) crescimento significativo da atividade econômica, impulsionado pela elevação dos investimentos, com uma reação negativa da demanda no início do Plano, após sua implementação.

12) Bacen – 2010 – Básico - 44

O Plano Real de estabilização da economia brasileira, de 1994, levou inicialmente ao(à)

- a) congelamento geral de preços e salários.
- b) congelamento da taxa de câmbio R\$ / US\$.
- c) estabelecimento de metas de inflação para o Banco Central do Brasil.
- d) valorização do real em relação ao dólar americano.
- e) forte expansão das exportações.

13) IM – 2015 – Questão 25

Quanto ao Plano Real, assinale a opção INCORRETA.

- a) O Plano foi concebido e implementado em três etapas: equilíbrio das contas do governo, criação de um padrão estável de valor e emissão de nova moeda com poder aquisitivo real.
- b) Com as medidas adotadas na primeira etapa do Plano Real, o governo pretendia efetuar um ajuste fiscal nas contas públicas.
- c) Na segunda etapa do Plano Real, a Unidade Real de Valor (URV) foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda.
- d) O Plano Real é considerado por diversos analistas como um dos mais bem-sucedidos programas de estabilização do Brasil.
- e) Na fase pós-real, o ambiente econômico tornou-se mais instável e imprevisível, mas a equação básica do crescimento foi solucionada.

14) IM – 2013 – Questão 33

De acordo com Lopes e Rosseti (2009), quais foram os fundamentos da estabilização do Plano Real, pós-emissão da nova moeda ?

- a) Pronta substituição do meio circulante, recuperação do controle exógeno da oferta monetária, lastreamento do processo emissor, restrições à liquidez, sustentação do câmbio e abertura da economia.
- b) Pronta substituição do meio circulante, deflacionamento de dívidas, restrições à liquidez, ajuste fiscal e a conversão dos salários a média real dos últimos doze meses.
- c) Pronta substituição do meio circulante, deflacionamento de dívidas, restrições à liquidez, ajuste fiscal e o congelamento de preços.
- d) Recuperação do controle exógeno da oferta monetária, sustentação do câmbio, ajuste fiscal e o deflacionamento de dívidas.
- e) Recuperação do controle exógeno da oferta monetária, deflacionamento de dívidas e congelamento de preços.

15) IM – 2016

Estava claro para os condutores da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso que, após o fim da alta da inflação, alguns ajustes estruturais deveriam ser efetuados. No que se refere ao sistema financeiro, com o fim das receitas de FLOAT dos bancos, as ineficiências do setor ficaram expostas. Em tal contexto, entre 1995 e 1997 ocorreram as crises dos bancos econômico, nacional e Bamerindus e, dos estaduais BANERJ e BANESPA. O governo atuou em diversas frentes, dentre elas, instituiu o programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional (PROER). Sendo assim, assinale a opção que apresenta uma medida adotada para reestruturar o sistema financeiro nacional.

- a) Encampar a maioria dos bancos estaduais, mediante negociação com os governadores.
- b) Dificultar a operação de bancos estrangeiros no país, até que o sistema bancário brasileiro estivesse consolidado.
- c) Manter os requisitos de capital para a constituição de bancos no país.
- d) Favorecer o processo de conglomeração no setor, com menos instituições, porém mais fortes.
- e) Melhorar o monitoramento do nível de risco do sistema, com atuação reguladora do Banco do Brasil, CEF e BACEN.

16) IM – 2016

O plano Real foi uma experiência de estabilização monetária bem-sucedida. Contudo, não era essa a visão no início de 1995, quando a possibilidade de que, após alguns meses de bonança, a inflação voltasse com força e a indexação se reinstalasse na economia. Para dar fim a esses temores, em março de 1995 as autoridades aprovaram duas grandes medidas. Sendo assim, assinale a opção que apresenta essas medidas.

- a) A alta da taxa de juros nominais; e uma desvalorização controlada da taxa de câmbio.
- b) Manter os dissídios anuais e estipular o fim da ORTN; e a criação da OTN.
- c) Estipular a data de reajuste semestral para aluguéis, com coeficiente determinado pelo governo; elevar os juros reais.
- d) Deixar o câmbio flutuar; e represar as oscilações da moeda nacional via taxa de juros (âncora cambial).
- e) Vincular correções no salário ao crescimento do PIB; e adotar as bases do sistema de metas de inflação.